

VOTO Nº 235/2026/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA

Processo nº 25351.025433/2016-48

Expediente nº 0729622/26-6

	Promoção de servidores
--	------------------------

Área responsável: Gerência-Geral de Gestão de Pessoas - GGPES

Relator: Diretor-Presidente Leandro Pinheiro Safatle

1. Relatório

Trata-se de concessão de promoção a servidores do quadro efetivo da Anvisa, após cumprimento dos requisitos gerais e específicos estabelecidos para o desenvolvimento da carreira.

2. Análise

A GEDEP/GGPES se manifestou sobre a promoção de servidores no Relatório 4352817, conforme segue:

Em 20 de maio de 2004, o Presidente da República sancionou a Lei nº 10.871/2004, que versa sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras. Em seu Artigo 10, referida Lei prevê a forma de desenvolvimento dos servidores nos cargos das Carreiras, estabelecendo critérios a serem observados, conforme abaixo:

Art. 10. O desenvolvimento do servidor nos cargos das Carreiras referidas no art. 1º desta Lei obedecerá aos princípios:

I - da anualidade;

II - da competência e qualificação profissional; e

III - da existência de vaga.

§ 1º A promoção e a progressão funcional obedecerão à sistemática da avaliação de desempenho, capacitação e qualificação funcionais, conforme disposto em regulamento específico de cada autarquia especial denominada Agência Reguladora.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 3º deste artigo, é vedada a progressão do ocupante de cargo efetivo das Carreiras referidas no art. 1º desta Lei antes de completado o interstício de 1 (um) ano de efetivo exercício em cada padrão.

§ 3º Mediante resultado de avaliação de desempenho ou da participação em programas de capacitação, o princípio da anualidade aplicável à progressão poderá sofrer redução de até 50% (cinquenta por cento), conforme disciplinado em regulamento específico de cada entidade referida no Anexo I desta Lei.

Em 04 de agosto de 2008, o Presidente da República publicou o Decreto nº 6.530, que regulamenta a progressão e a promoção para os servidores do quadro efetivo das Agências Reguladoras de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003 e 10.871 de 20 de maio de 2004.

Já em 02 de junho de 2025, por meio da Lei 15.141, a estrutura das carreiras da Agência foi profundamente alterada, passando de 13 para 20 padrões e de 3 para 4 classes.

Até a presente data, o Decreto 6.530, de 04 de agosto de 2008 não sofreu alterações, de modo que os requisitos de parte dos novos níveis que compõem as carreiras da Anvisa permanecem não tendo sido estabelecidos. Em função desta lacuna legislativa, os representantes das unidades de gestão de pessoas das Agências Reguladoras se reuniram e, em conjunto, questionaram o órgão central do Sipec (Ofício Nº 117/2025-SGP/ANEEL (3894576)), consulta esta que resultou na edição de uma Nota Técnica (Nota Técnica SEI nº 39219/2025/MGI (3894575)) a qual pretendeu esclarecer os pontos que geravam dúvidas em relação à interpretação da nova legislação. Novamente, os representantes das Agências se reuniram, e estabeleceram um consenso sobre a melhor forma de aplicação das orientações do Ministério da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos (Relatório Nº 17907767 /SGP-ANM/ANM/2025 (3894574)).

A Nota Técnica supramencionada foi submetida à Coordenação de Legislação e Concessões - Colec que validou o entendimento exarado conjuntamente pelos representantes das unidades de gestão de pessoas das Agências Reguladoras (Nota Técnica Nº 43/2025/SEI/COLEC/GGPES/ANVISA (3894580)). Outrossim, fixou-se o entendimento da aplicação do princípio da previsibilidade, de modo que, para aqueles reposicionamentos não previstos no Decreto 6.530, de 04 de agosto de 2008, serão observados os requisitos que deveriam ser cumpridos pelos servidores anteriormente à alteração da estrutura das carreiras.

A fim de conceder o reposicionamento nos critérios legais pré-estabelecidos, a Gerência-Geral de Gestão de Pessoas adotou os seguintes procedimentos:

Realizou o levantamento da nota obtida pelo(s) servidor(es) na avaliação de desempenho individual do ciclo em análise;

Realizou o levantamento de título e horas de capacitações necessárias à promoção (nível superior e intermediário, respectivamente);

Realizou o levantamento das ocorrências constantes no sistema SIAPE, que possam impedir ou postergar a promoção;

Procedeu à consolidação das informações.

Dessa feita, conforme o Relatório de Posicionamento SEI nº 4352817 e minuta de portaria SEI nº 4352899, após análise dos requisitos necessários, fazem jus à promoção na carreira a seguinte servidora:

SIAPE	Nome	Classe/Padrão	Data concedida	Data devida	Dispositivo alterado
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	BIII	15/04/2023	15/04/2024	PORTARIA Nº 214/GGPES/ANVISA DE 22 DE MAIO DE 2023
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	BIV	14/04/2024	14/04/2025	PORTARIA Nº 214/GGPES/ANVISA, DE 02 DE MAIO DE 2024
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	BV	-	14/04/2023	-
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	SI	01/01/2025	14/04/2024	-

2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	SII	14/04/2025	-	PORTARIA Nº 617/GGPES/ANVISA, DE 23 DE OUTUBRO DE 2025
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	SIII	14/04/2026	01/01/2026	PORTARIA Nº 227/GGPES/ANVISA, DE 06 DE MAIO DE 2026
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	SIV	-	14/04/2025	-
2113736	GESIANE RODRIGUES DE JESUS	SV	-	14/04/2026	-

Por fim, a GGPES informa que é necessária o envio para deliberação da DICOL acerca da concessão de promoção aos servidores, em atendimento ao disposto no Regimento Interno da Anvisa (RDC nº 585/2021).

3. Votos

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO da concessão de promoção da servidora do quadro efetivo da Anvisa, conforme disposto no presente Voto e no Relatório de Posicionamento GEDEP SEI nº 4352817.

Em caso de aprovação do pleito, encaminhe-se a minuta de portaria SEI nº 4352899 à Secretaria-Geral da Diretoria Colegiada (SGCOL), para fins de publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pinheiro Safatle, Diretor-Presidente**, em 28/07/2026, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4388156** e o código CRC **5D91C834**.

Referência: Processo nº 25351.025433/2016-48

SEI nº 4388156